

**Clements, Rebekah. *A Cultural History of Translation in Early Modern Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, 288 p.**

Jinnye Altamira de Paiva Melo<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

*A Cultural History of Translation in Early Modern Japan* foi escrito por Rebekah Clements, pesquisadora associada do Departamento de Estudos do Leste Asiático da Universidade de Cambridge e também pesquisadora na Queens' College, Universidade de Cambridge. Esse trabalho começou como uma tese de doutorado e foi aprofundado em uma monografia de pós-doutorado. O livro é dividido em cinco capítulos, introdução e conclusão. No sumário, há índice de nomes, índice de títulos, índice de assuntos, lista de figuras e lista de tabelas.

O livro procura, antes de tudo, preencher uma lacuna nos estudos históricos de tradução do japonês pré-moderno, visto que não havia, até a publicação do livro, panoramas históricos específicos e aprofundados sobre a tradução no Japão desse período. O período pré-moderno refere-se ao Xogunato Tokugawa, uma ditadura feudal que precedeu a era Meiji. A tradução teve um papel primordial no desenvolvimento dos sistemas legais e religiosos japoneses, assim como sua literatura. O intercâmbio cultural do período pré-moderno pode ser equivocadamente tomado como inexpressivo devido ao *sakoku* (鎖国), uma medida de isolamento nacional que tornava o comércio e as relações internacionais reguladas e limi-



tadas por leis rígidas. Todavia, a autora esclarecerá que foi nesse período, e não na era Meiji, que a cultura de tradução no Japão começou a se estabelecer.

Durante o período, o Japão teve contato com mercadores chineses, missionários católicos e comerciantes holandeses, participando de um amplo intercâmbio intelectual, com forte impacto na literatura e na língua. O livro nos coloca a par do passado multilinguístico do país. Mesmo os leitores menos alfabetizados da época tiveram contato com um variado número de línguas e registros linguísticos no cotidiano, incluindo tipos diferentes de chinês, o estilo sino-japonês híbrido, além de várias versões do japonês escrito. Nesse cenário, a tradução foi crescendo em importância, tanto pela curiosidade linguística advinda do contato e da mistura de diferentes linguagens como da necessidade de intermediação.

Um ponto importante para entender o livro e as práticas tradutórias no Japão da época é que ela não ocorria nos mesmos moldes europeus, algo que a autora procura esclarecer de antemão. Para começar, não havia palavra que correspondesse à “tradução” no Japão durante esse período. As práticas também não correspondiam ao modelo dicotômico romano “fiel” versus “livre”. Isso não significa necessariamente que os tradutores japoneses pré-modernos não estivessem preocupados com rigor, porém a relação japonesa com os textos parte de um contexto cultural bastante diverso. O livro indica, pelo menos, 22 termos utilizados para indicar tradução no Japão do período em questão, o que já aponta para uma diversidade de estratégias tradutórias utilizadas.

O livro não se detém em teorias específicas dos estudos de tradução, mas cita brevemente Gideon Toury e Even-Zohar, em cujos trabalhos as traduções podem ser estudadas como obras circulando em um “polissistema”, o estudo do contexto sendo crucial para entender as práticas de tradução. A autora faz uma apresentação rigorosa do contexto histórico do Japão do período *Tokugawa*. Já no

primeiro capítulo, ela explica alguns fatores que tornaram práticas tradutórias propícias ou necessárias. O período foi de mudanças sociais e políticas e foi quando o arquipélago adquiriu certa estabilidade, que culminou com uma crescente urbanização e burocracia. O desenvolvimento de uma indústria de impressão; a remoção do poder educacional das mãos das elites; o interesse nos clássicos; a ascensão da língua vernacular; a consciência das mudanças linguísticas. Todos foram fatores que contribuíram para o grande número de traduções nunca visto antes no Japão.

No segundo capítulo, a autora aponta as mudanças nos modos de transmissão de conhecimento no período *Tokugawa*. Algumas obras da literatura da corte passaram a ser lidas e estudadas para além dos círculos aristocráticos e dos soldados de prestígio. Não somente surgiram novas classes de leitores com menor grau de instrução, como também a tradução foi uma ferramenta utilizada por alguns intelectuais para interpretar e comentar os clássicos. Algo que contribuiu para a disseminação desses clássicos foi o desenvolvimento da tecnologia de impressão. Antes do período *Tokugawa*, os textos, e mesmo os comentários, tinham circulação limitada e eram passados como manuscritos dentro da elite japonesa. O conhecimento clássico não deixou de ser um capital cultural da corte, mas o acesso a ele aumentou e se expandiu para outras classes, incluindo cidadãos comuns. Assim, uma das razões pelas quais os clássicos precisaram ser traduzidos foi o fato de a linguagem dos novos leitores que emergiram no período estar separada da linguagem de corte dos clássicos. Os tradutores frequentemente se referiam às traduções como *zokugo* 俗語, que significa língua informal. Em muitos casos, eles chegavam a explicar o porquê de terem trazido os textos elegantes da elite para a linguagem comum.

Porém, o maior acesso aos textos clássicos levantou questões não só de classe, como de gênero e moralidade. Segundo a autora, alguns estudiosos da época se preocupavam que *Genji*, ou mesmo *Ise*, pudessem corromper as leitoras, visto que tratava de assuntos

polêmicos, como o caso do filho do imperador com a madrasta. Essas preocupações, entretanto, eram dirigidas a plebeias. O conhecimento de *Genji* sempre ficou restrito à educação das mulheres da aristocracia. Pelo final do século 18, *Genji* se tornaria um livro de condutas de corte tido como benéfico para as mulheres japonesas, em geral.

Desde cerca de 1630, os clássicos japoneses eram parodiados e usados como inspiração para a criação de novos textos. No final do século 17, autores comerciais começaram a enriquecer a escrita adicionando enredo, personagens e elementos próprios da época. Isso resultou em obras híbridas e inspiradas livremente nos clássicos. Alguns exemplos de obras clássicas traduzidas durante o período são: *Ise monogatari* (c. 900), uma coleção de poemas; *Genji monogatari* (c. 1008), uma narrativa de ficção que contém 795 poemas; e a antologia de poemas *Kokin wakashu* (c. 905). Levando em conta as novas classes de leitores, sem esquecer os estudiosos, os editores produziram várias obras com glossários, notas, notas de rodapé, ilustrações e outros elementos elucidativos do texto.

Um exemplo de tradução de *Genji* que o livro traz é, se fôssemos colocar em terminologia contemporânea, uma transcrição. Essa tradução, feita por Miyako no Nishiki, utiliza *Genji* para criar uma narrativa de ficção mais longa e insere livremente detalhes narrativos para alimentar a história. Toda tradução, como a autora aponta, oscila entre tradução mais “próximas” do texto fonte e as inserções próprias do autor e sua imaginação. Ele estava, portanto, procurando criar novas obras narrativas da tradução dos clássicos.

No capítulo 3, a autora discorre sobre a tradução de textos chineses. É importante frisar que a cultura chinesa teve crucial importância no desenvolvimento da cultura, da escrita e da literatura japonesas. Antes do período pré-moderno, como a autora comenta, as línguas escritas chinesa ou japonesa eram tidas como opções na educação da elite no Japão. Então, na visão pré-moderna a escrita

chinesa era vista, de certa forma, como pertencente também à essas elites, não somente da China. No período *Tokugawa*, entretanto, foi quando essa visão começou a mudar. O interesse no estudo de línguas, o desenvolvimento político no Japão, o comércio de publicação que começou a tornar visível as diferenças linguísticas, tudo isso contribuiu para essa mudança de perspectiva. O Japão passou a separar as línguas por tempo e diferença cultural e a ver a tradução como mediadora. A nova ordem social estabelecida com o *Xogunato Tokugawa* trouxe um crescente senso de identidade como nação, o que contribuiu para que comesçassem a enxergar também suas particularidades linguísticas.

Para reforçar seu poder, os líderes *Tokugawa* empregavam uma combinação da religião nativa, budismo e neoconfucianismo, o que exigia estudiosos de chinês. A língua chinesa era, portanto, uma forma de sustento para os estudiosos. Surgiu, assim, além de edições de comentários e obras introdutórias, uma forma de anotação chamada *kundoku* (訓読), uma das peculiaridades textuais japonesas. *Kundoku* é o nome dado a um dos métodos usados para ler textos escritos em chinês e consistia em anotar os caracteres chineses com guias para produzir uma versão japonesa que normalmente não era escrita, mas vocalizada mentalmente ou em voz alta. As anotações costumavam indicar a ordem de leitura dos caracteres de acordo com a gramática e sintaxe japonesas; podiam contar notas tradutórias dos caracteres, associando caracteres chineses a palavras nativas japonesas ou a palavras de origem chinesa que já estavam incorporadas à cultura japonesa.

No capítulo 4, Rebekah Clements fala sobre a tradução das línguas ocidentais, sobretudo o holandês. Foi através de um posto baseado em Nagasaki que a Companhia Holandesa das Índias Orientais se tornou uma grande fonte de intercâmbio cultural para os japoneses. Os intérpretes que foram surgindo em Nagasaki tiveram um papel importante nas permutas intelectuais e bibliográficas com estudiosos que se interessaram pelo holandês. Começou a surgir a

necessidade de obras traduzidas, que variavam de assuntos geográficos e históricos a médicos e científicos. Os tradutores do holandês estavam espalhados pelo país e ganhavam a vida como médicos, professores e tradutores. A tradução era um meio de adquirir o conhecimento necessário às diferentes profissões. No capítulo 5, Clements relata como o *xogunato* começa a se movimentar para traduzir obras militares ocidentais, um passo estratégico.

O livro, que nasce de uma monografia, expõe minuciosamente as práticas tradutórias dentro do contexto do Japão do período pré-moderno. Por outro lado, a autora expõe muito brevemente as teorias tradutórias vigentes, afirmando que seria difícil lançar um olhar crítico sobre práticas que fogem à tradição ocidental. Clements prefere analisar e descrever o contexto específico em que nascia no Japão uma tradição tradutória rica e peculiar. As ilustrações, embora pouco numerosas, são adequadas. O livro é denso e repleto de exemplos, dentre eles as inúmeras traduções de *Genji monogatari*, considerado um dos primeiros romances do mundo. A autora tem o cuidado também de assinalar o que não era traduzido, como algumas obras de medicina chinesa, tidas como propriedade intelectual da classe médica e raramente traduzidas no período.

Outro ponto importante sublinhado por Clements é que, à medida em que os japoneses se viam como nação, começam a perceber e se interessar pelas diferenças linguísticas, utilizando a tradução como mediação, como método de ensino e meio de conhecimento.

Cabe dizer, finalmente, que *A Cultural History of Translation in Early Modern Japan* é muito bem estruturado e as notas de rodapé chegam a ocupar, por vezes, metade da página. Trata-se de uma obra valiosa na bibliografia de história da tradução no Japão e que pode interessar tanto o especialista como o grande público.

## Referências

Clements, Rebekah. *A Cultural History of Translation in Early Modern Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, 288 p.

Recebido em: 13/05/2019

Aceito em: 20/07/2019

Publicado em: Setembro de 2019

---

Jinnye Altamira de Paiva Melo. E-mail: jinnyepm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3367-9385>